

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	47
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	50
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	46.195	67.637
1.01	Ativo Circulante	6.337	2.904
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1	9
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3	0
1.01.03	Contas a Receber	4.891	1.336
1.01.03.01	Clientes	4.891	1.336
1.01.04	Estoques	163	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	89	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.190	1.559
1.01.08.03	Outros	1.190	1.559
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	172	116
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.018	1.443
1.02	Ativo Não Circulante	39.858	64.733
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.535	20.486
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.065	8.065
1.02.01.04.01	Estoques de Terrenos	8.065	8.065
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.090	11.041
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	558	558
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	5.532	10.483
1.02.02	Investimentos	11.906	31.612
1.02.02.01	Participações Societárias	11.906	31.612
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.904	31.610
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	12.417	12.635
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.417	12.635

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	46.195	67.637
2.01	Passivo Circulante	17.501	12.524
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.900	1.072
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.900	1.072
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.900	1.072
2.01.02	Fornecedores	4.588	939
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.588	939
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.099	2.763
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.099	2.763
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	2.249	1.579
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	2.850	1.184
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	1.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.000
2.01.05	Outras Obrigações	4.209	5.745
2.01.05.02	Outros	4.209	5.745
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Salários	2.540	910
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.627	4.793
2.01.06	Provisões	1.705	1.005
2.01.06.02	Outras Provisões	1.705	1.005
2.02	Passivo Não Circulante	61.947	49.246
2.02.02	Outras Obrigações	48.148	48.246
2.02.02.02	Outros	48.148	48.246
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.328	43.411
2.02.02.02.04	Obrigações tributárias - Reavaliação	4.820	4.835
2.02.04	Provisões	13.799	1.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.000	1.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.000	1.000
2.02.04.02	Outras Provisões	12.799	0
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto de controladas	12.799	0
2.03	Patrimônio Líquido	-33.253	5.867
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.356	9.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-70.656	-31.565

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.881	6.961	385	3.830
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	5.499	7.865	429	4.201
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-618	-904	-44	-371
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.435	-7.101	-722	-9.567
3.03	Resultado Bruto	-554	-140	-337	-5.737
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.065	-38.709	-8.846	-17.537
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.725	-5.715	-2.013	-6.378
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.271	-4.359	-1.430	-4.690
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-454	-1.356	-583	-1.688
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	5.393
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-496	-489	-17	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.844	-32.505	-6.816	-16.552
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.619	-38.849	-9.183	-23.274
3.06	Resultado Financeiro	-567	-1.936	-484	-1.396
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0	0	4
3.06.02	Despesas Financeiras	-567	-1.936	-484	-1.400
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.186	-40.785	-9.667	-24.670
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19	1.650	964	2.461
3.08.02	Diferido	-19	1.650	964	2.461
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.205	-39.135	-8.703	-22.209
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.205	-39.135	-8.703	-22.209
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,56310	-1,44940	-0,32230	-0,82250
3.99.01.02	PN	-0,56310	-1,44940	-0,32230	-0,82250

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.205	-39.135	-8.703	-22.209
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15	44	15	1.352
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.190	-39.091	-8.688	-20.857

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.042	7.687
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.656	-7.068
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-40.785	-24.670
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	264	253
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.505	16.552
6.01.01.05	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	1.066	1.135
6.01.01.06	Diferimento de Impostos	294	-338
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.698	14.755
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.555	13.068
6.01.02.02	Estoques	-163	453
6.01.02.03	Estoque de Imóveis	0	1.343
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	-55	-35
6.01.02.05	Depósito Judicial	425	-105
6.01.02.06	Despesas Exercício Seguinte	-89	0
6.01.02.07	Transferência Créditos Prejuízos Fiscais	6.601	0
6.01.02.08	Fornecedores	3.649	-292
6.01.02.09	Salários, Provisão Férias e Encargos Sociais	3.158	-689
6.01.02.10	Obrigações Tributárias -Refis e Outros Impostos	893	-1.270
6.01.02.11	Outras Contas a Pagar	-3.166	2.282
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47	-7.608
6.02.01	Aquisições de Ativo Investimentos, Imobilizado e Intangível	-47	-7.608
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.000	-1.310
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-1.310
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	-1.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5	-1.231
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	1.241
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	10

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.135	0	-39.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.135	0	-39.135
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-29	0	44	0	15
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-44	0	44	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	15	0	0	0	15
5.07	Saldos Finais	28.047	9.356	0	-70.656	0	-33.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.209	0	-22.209
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.209	0	-22.209
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-892	-6.707	8.059	0	460
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-6.707	6.707	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.352	0	1.352	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	460	0	0	0	460
5.07	Saldos Finais	28.047	9.477	0	-14.150	0	23.374

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	7.865	9.659
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.865	4.201
7.01.02	Outras Receitas	0	5.458
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.157	-8.469
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.824	-7.737
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.333	-732
7.03	Valor Adicionado Bruto	708	1.190
7.04	Retenções	-264	-253
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-264	-253
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	444	937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-32.505	-16.548
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.505	-16.552
7.06.02	Receitas Financeiras	0	4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-32.061	-15.611
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-32.061	-15.611
7.08.01	Pessoal	5.639	6.898
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-501	-1.700
7.08.02.01	Federais	-748	-1.705
7.08.02.03	Municipais	247	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.936	1.400
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.135	-22.209
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.135	-22.209

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	152.285	159.365
1.01	Ativo Circulante	82.781	91.718
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	746	3.187
1.01.01.01	Caixa e Bancos	201	157
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	545	3.030
1.01.03	Contas a Receber	33.985	46.374
1.01.03.01	Clientes	18.242	37.830
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	4.017	10.405
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	14.225	27.425
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.743	8.544
1.01.03.02.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	8.559	1.912
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	5.340	5.340
1.01.03.02.03	Caução de Obras	1.844	1.292
1.01.04	Estoques	16.079	17.158
1.01.04.01	Material de Construção	2.712	3.847
1.01.04.03	Estoque de Terrenos	13.367	13.311
1.01.07	Despesas Antecipadas	24.488	16.187
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.483	8.812
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	3.476	3.867
1.01.08.03	Outros	4.007	4.945
1.01.08.03.01	Depositos Judiciais	4.007	4.945
1.02	Ativo Não Circulante	69.504	67.647
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.216	40.036
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	8.065	8.065
1.02.01.04.01	Estoque de Terrenos	8.065	8.065
1.02.01.06	Tributos Diferidos	35.771	30.591
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.914	2.770
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	32.857	27.821
1.02.02	Investimentos	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2
1.02.03	Imobilizado	23.709	26.804
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.709	26.804
1.02.04	Intangível	567	795

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	152.285	159.365
2.01	Passivo Circulante	112.455	83.192
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.459	6.595
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.459	6.595
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	14.459	6.595
2.01.02	Fornecedores	25.871	17.679
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.871	17.679
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.510	22.132
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.510	22.132
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	2.249	1.579
2.01.03.01.03	Parcelamento -outros	240	49
2.01.03.01.04	Parcelamento (pis-cofins-inss desoneração)	0	2.715
2.01.03.01.05	Parcelamento PERT	569	0
2.01.03.01.06	Outros	25.452	17.789
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.894	20.758
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.894	20.758
2.01.05	Outras Obrigações	21.700	8.412
2.01.05.02	Outros	21.700	8.412
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Salários	16.810	7.598
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.848	772
2.01.06	Provisões	8.021	7.616
2.01.06.02	Outras Provisões	8.021	7.616
2.01.06.02.04	Provisão para Férias e Encargos	8.021	7.616
2.02	Passivo Não Circulante	73.085	70.293
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.674	11.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	19.674	11.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.674	11.954
2.02.02	Outras Obrigações	49.011	53.939
2.02.02.02	Outros	49.011	53.939
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis - Lei 9964/2000	43.328	43.411
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias - Outros	592	5.693
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias - Reavaliação	4.820	4.835
2.02.02.02.06	Fornecedores	199	0
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	72	0
2.02.04	Provisões	4.400	4.400
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-33.255	5.880
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.356	9.385
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.356	9.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-70.656	-31.565
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-2	13

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.389	40.991	25.195	113.668
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ ou Serviços	18.917	47.484	28.481	128.469
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-2.528	-6.493	-3.286	-14.801
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-24.580	-66.913	-34.084	-134.487
3.03	Resultado Bruto	-8.191	-25.922	-8.889	-20.819
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.762	-12.694	-4.062	-7.016
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.728	-11.020	-3.711	-12.271
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.274	-9.664	-3.128	-10.583
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-454	-1.356	-583	-1.688
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	5.255
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.034	-1.674	-351	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.953	-38.616	-12.951	-27.835
3.06	Resultado Financeiro	-2.237	-12.314	-2.614	-7.594
3.06.01	Receitas Financeiras	0	85	109	950
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.237	-12.399	-2.723	-8.544
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.190	-50.930	-15.565	-35.429
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19	11.780	6.860	13.211
3.08.01	Corrente	0	0	-4	-168
3.08.02	Diferido	-19	11.780	6.864	13.379
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.209	-39.150	-8.705	-22.218
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-15.209	-39.150	-8.705	-22.218
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.205	-39.135	-8.703	-22.209
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4	-15	-2	-9
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-15.205	-39.135	-8.703	-22.209
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15	44	15	1.352
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-15.190	-39.091	-8.688	-20.857
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.186	-39.076	-8.686	-20.848
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4	-15	-2	-9

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.090	-1.507
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-46.676	-30.464
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-50.930	-35.429
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.125	3.322
6.01.01.03	Efeito Líquido Baixa Imobilizado	795	446
6.01.01.08	Juros a Pagar a Longo Prazo - Parcelamento	-176	2.005
6.01.01.09	Provisão para Contingência	0	-200
6.01.01.10	Diferimento de impostos	511	-608
6.01.01.11	Participação Minoritários no Resultado	-1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	43.586	28.957
6.01.02.01	Contas a Receber	19.588	39.216
6.01.02.02	Estoques	1.135	1.925
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	-56	-5.745
6.01.02.05	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	-7.198	-51
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	0	-125
6.01.02.08	Depósito Judicial	938	-439
6.01.02.09	Despesas do Exercício Seguinte	-8.301	-10.093
6.01.02.10	Fornecedores	8.391	-1.358
6.01.02.11	Salários, Provisão Férias, 13 Salário e Encargos Sociais	17.481	3.291
6.01.02.12	Obrigações Tributárias- Refis e Outros Impostos	7.460	2.913
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	4.148	-577
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-207	-1.507
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-207	-1.507
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	856	-4.527
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-1.310
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	856	-3.217
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.441	-7.541
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.187	9.853
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	746	2.312

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.135	0	-39.135	-15	-39.150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.135	0	-39.135	-15	-39.150
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-29	0	44	0	15	0	15
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-44	0	44	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	15	0	0	0	15	0	15
5.07	Saldos Finais	28.047	9.356	0	-70.656	0	-33.253	-2	-33.255

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.209	0	-22.209	-9	-22.218
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.209	0	-22.209	-9	-22.218
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-892	-6.707	8.059	0	460	-1	459
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-6.707	6.707	0	0	-1	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.352	0	1.352	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	460	0	0	0	460	0	460
5.07	Saldos Finais	28.047	9.477	0	-14.150	0	23.374	19	23.393

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	47.484	133.927
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.484	128.469
7.01.02	Outras Receitas	0	5.458
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.172	-77.380
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-26.198	-75.201
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.974	-2.179
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.312	56.547
7.04	Retenções	-3.125	-3.322
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.125	-3.322
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.187	53.225
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85	950
7.06.02	Receitas Financeiras	85	950
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.272	54.175
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.272	54.175
7.08.01	Pessoal	44.749	61.950
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.726	5.899
7.08.02.01	Federais	-5.093	440
7.08.02.02	Estaduais	38	2
7.08.02.03	Municipais	2.329	5.457
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.399	8.544
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.150	-22.218
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.135	-22.209
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-15	-9

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário atual

A Azevedo & Travassos S.A (ATSA) e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) continuam enfrentando dificuldades de capital de giro. Esta situação é decorrente da fase que está sendo vivenciada por estas empresas, a partir do segundo semestre/16. Esta fase está caracterizada pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas estão se encerrando e a reposição normal desta Carteira não está acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento de construção pesada, pois os Clientes passaram a postergar os seus investimentos, diante da crise política e econômica com a pior recessão atravessada pelo Brasil de sua história e consequentemente com reflexo nas empresas aqui instaladas. E como é sabido, o setor de construção de obras de infraestrutura foi um dos mais afetados.

Mesmo diante de uma situação desfavorável do mercado, destacam-se os seguintes contratos firmados pela ATSA e pela a sua controlada ATE:

- Em maio/16, contrato com a LOGUM Logística S.A. para a construção e montagem de etanolduto Guararema - São Caetano do Sul, no valor de R\$ 251.500 mil e prazo de 18 meses. Os procedimentos operacionais e projetos preliminares de licenciamento já foram elaborados pela ATE. O início das obras foi postergado para o começo de 2018.
- Em julho/16, contrato com a PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO para manutenção de tanques no Terminal Madre de Deus, Bahia, no valor de R\$ 60.800 mil e prazo de 30 meses, com obras em andamento.
- Em dezembro/16, contrato com o METRÔ – SP para a realização de serviços de urbanização, iluminação e ciclovias entre as estações de Oratório e de São Mateus, no valor de R\$ 46.000 mil e prazo de 17 meses, a ser realizado pela controladora Azevedo & Travassos S.A., com obras em andamento.
- Em fevereiro/17, foi contratada com METRÔ – SP, a execução de obras civis complementares de acabamento, instalações hidráulicas, comunicação visual, paisagismo e reurbanização em estações de passageiros da Linha 15 – Prata, no valor de R\$ 48.600 mil e prazo contratual de 17 meses. Obras em andamento.
- Em setembro/17, contrato com a PETROBRAS para a execução de serviços de montagem industrial no âmbito da Unidade de Operações de Exploração e Produção da BAHIA (UO-BA), no valor de R\$ 25.307 mil e prazo de 730 dias. Início em novembro/17.

Encontra-se em fase de homologação, por parte da PETROBRAS, a contratação da ATE para a execução de serviços de interligação de Esferas, Montagem de Vaso, Subestação e Pintura de Tanques no COMPERJ, no valor de R\$ 129.500 mil e prazo de 18 meses, com previsão de início das obras em 2018.

A Diretoria Comercial permanece trabalhando intensivamente na busca de novos contratos e na elaboração de propostas visando atender várias licitações já programadas pelos clientes.

2. Potencial de recuperação

Apesar da difícil situação do atual fluxo de caixa, como consequência da atípica postergação de início de obras constantes em sua carteira de contratos, tem-se a seguinte previsão de Receita Bruta do Consolidado (ATE e ATSA), com base em obras já contratadas e em fase de homologação, para os anos 2017 a 2019:

Comentário do Desempenho

Previsão - Receita Bruta Consolidada - em R\$ 1.000

Área de Negócios	2017	2018	2019
1. Obras contratadas			
- Construção Pesada/ Construção Civil	34.095	60.926	-
- Montagem Eletromecânica/ Perfurações	58.827	226.281	83.746
Subtotal (1)	92.922	287.207	83.746
2. Obras em fase de homologação			
- Montagem Eletromecânica/ Perfurações	-	97.000	32.540
Subtotal (2)	-	97.000	32.540
Total (1) + (2)	92.922	384.207	116.286

Importante destacar que da receita de R\$ 92.922 mil prevista para 2017, feita com base nos contratos assinados e em execução, R\$ 44.350 mil deverão acontecer no quarto trimestre de 2017. Esta receita trimestral, extrapolada para um período de um ano, representaria aproximadamente R\$ 177 milhões de receita bruta anual. Isto demonstra uma firme indicação da recuperação do nível de faturamento das empresas ATSA e ATE. Confirmando esta tendência, considerando-se também apenas os contratos assinados e em execução, tem-se uma previsão de receita da ordem dos R\$ 60 milhões no primeiro trimestre de 2018, que anualizada representa R\$ 240 milhões, o que indica o início de um ciclo ascendente da Companhia e sua controlada ATE

Os dados acima também mostram o significativo potencial de obras a acontecer para o ano de 2018.

Estas estimativas refletem a situação em outubro/2017, sem incorporação de possíveis novos contratos.

Nesta análise, deve-se ainda considerar que:

- já existem sinais consistentes do início da retomada do crescimento econômico no país, que podem ser medidos pela elevação gradual do PIB e dos índices da bolsa de valores de São Paulo, manutenção da estabilidade da taxa cambial e queda de todos os indicadores de inflação;
- está ocorrendo uma progressiva redução da taxa de juros SELIC e que deverá estabilizar-se na faixa de 7,0% em 2018, criando as condições necessárias para estimular também a retomada do crescimento econômico, além de reduzir as despesas financeiras;
- a aprovação do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária - "Novo REFIS" que permitirá diversas formas de quitação de débitos tributários, inclusive com a utilização do Prejuízo Fiscal – IR e Base de Cálculo Negativa – CSLL, podendo trazer benefícios com reflexos nos números da Companhia e sua coligada ATE;
- a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS: as ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada (ATE), aguardam prosseguimento, tendo em vista que em 15/03/2017, os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizaram o julgamento do RE nº 574.706, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral. Nesta sessão de julgamento, por maioria de votos, entenderam que o valor do ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS. Muito embora o julgamento tenha apreciado a questão do ICMS, tal precedente será aplicado ao ISS, na medida em que tal imposto não constitui faturamento ou receita do contribuinte, mas tributo devido ao Município. Atualmente, muito embora a matéria tenha sido apreciada pela Suprema Corte, aguarda-se a modulação dos efeitos desta decisão, para, posteriormente, ser reconhecido este ativo, o qual estima-se para a ATE o montante de R\$ 5.212 mil.

Em complementação ao acima exposto, vale registrar as mais recentes negociações que estão alongando o perfil das dívidas bancárias, assim resumidas:

- BANCO DO BRASIL
Firmado, em 29/09/17, Aditamento ao contrato no valor de R\$ 14.682 mil, prazo de 84 meses, carência de pagamento de 6 meses de encargos e 9 meses de capital.

Comentário do Desempenho

Como se trata do maior passivo bancário da controlada ATE, este aditivo mostra a confiança da instituição financeira na recuperação da Companhia e sua coligada, bem como propicia suporte para as negociações com as demais instituições financeiras.

- SAFRA
Firmado, em 06/10/17, Acordo Jurídico no valor de R\$ 1.258 mil, prazo de 48 meses.
- CCB- China Constructo Bank
Firmado, em 05/09/17, Aditamento ao contrato original no valor de R\$ 7.003 mil, prazo de 33 meses, carência de 3 meses para pagamento do capital com garantia de imóvel.

Nota

O CCB está em negociação com a ATE visando uma possível dação de imóvel, quitando a totalidade da dívida, dando uma carta de opção de recompra pela ATE por 180 dias, prorrogável por mais 90 dias. Essa opção é estratégica, pois a venda deste imóvel poderá ser feita por um valor superior à dívida, segundo laudo de avaliação do mesmo.

Encontram-se ainda em fase adiantada de negociação, financiamentos com o Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Receita

a) **Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)**

O faturamento da ATSA refere-se à cobrança de serviços prestados para a controlada ATE e à obras oriundas de órgãos públicos.

Até 30/09/17, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 7.865 mil (R\$ 4.201 mil em 30/09/16), com a prestação de serviços para a ATE e execução das obras para o METRÔ – SP. Este resultado reflete o início de uma recuperação do faturamento em contratações de obras públicas.

O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Receita Bruta ATSA – R\$ mil			
		Em	30 de setembro
2014	2015	2016	2017
48.497	22.024	4.201	7.865

Até 30/09/17 não houve Receita Financeira de pagamentos pela ATE de Juros sobre Capital Próprio, assim como no terceiro trimestre do ano passado.

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

A Receita Bruta até 30/09/17 foi de R\$ 40.707 mil, contra R\$ 127.039 mil no mesmo período de 2016, com uma redução próxima de 70 %.

O baixo índice da atividade econômica devido à recessão que se instalou no País, provocou a queda na demanda de contratação de obras sendo um dos principais motivos da redução desta receita.

O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Receita Bruta ATE – R\$ mil			
		Em	30 de setembro
2014	2015	2016	2017
238.244	239.005	127.039	40.707

Em 30/09/17, a ATE dispunha de R\$ 542 mil em aplicações financeiras (R\$ 1.911 mil em 30/09/16).

A Receita Financeira até 30/09/17 foi de R\$ 85 mil contra R\$ 910 mil em 30/09/16.

c) **Consolidado**

Até 30/09/17 a Receita Bruta atingiu R\$ 47.484 mil contra R\$ 128.469 mil ocorrida no mesmo período do ano passado.

Comentário do Desempenho

3.2 Resultados

a) Azevedo & Travassos S/A

O Resultado Líquido do período de janeiro a setembro/17 correspondeu a um prejuízo de R\$ 39.135 mil, ante um resultado também negativo R\$ 22.209 mil ocorrido em 30/09/16.

Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

- Baixa demanda

A baixa demanda por obras contratadas diretamente pela Companhia com órgãos públicos.

- Equivalência Patrimonial

Expressiva influência desfavorável da Equivalência Patrimonial da controlada ATE no valor de R\$ 32.505 mil (valor também negativo de R\$ R\$ 16.552 mil em igual período no ano passado).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

O Resultado Líquido até 30/09/17 mostrou um prejuízo de R\$ 32.522 mil e no mesmo período do ano passado registrou-se um valor negativo de R\$ 16.561 mil. Este prejuízo continua a refletir a forte retração da demanda de serviços de construção provocando, por consequência, acentuada queda da Receita Bruta da ATE estando, ainda, associado aos seguintes efeitos desfavoráveis:

- Desmobilizações

Foi realizada uma adequação dos custos operacionais e administrativos, incluindo rescisões trabalhistas, nesta fase temporária de falta de contratos, sem a reposição normal da sua Carteira. Em 30/09/16 o quadro de pessoal estava composto por 957 profissionais ativos enquanto que 30/09/17 este contingente foi reduzido para 621.

- Término de obras

O término de obras sem a reposição concomitante de novos contratos, obrigando a empresa a suportar equipes técnicas e operacionais que compõem a sua capacitação técnica.

- Despesas Financeiras

As despesas financeiras da ATE alcançaram um montante de R\$ 10.461 mil em 30/09/17 contra R\$ 7.139 mil em 30/09/16.

c) Consolidado

O Prejuízo Líquido do Consolidado em 30/09/17 foi de R\$ 39.150; mil, sendo que no mesmo período do ano passado o valor foi R\$ R\$ 22.218 mil. As razões deste resultado já foram expostas nos itens a e b acima.

3.3 Endividamento

a) Azevedo & Travassos S/A

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 45.577 mil em 30/09/17 (R\$ 44.849 mil em 30/09/16) são os passivos mais relevantes da empresa.

Das despesas financeiras registradas em 30/09/17 no valor de R\$ 1.936 mil (R\$ 1.400 mil em 30/09/16), tem-se que R\$ 1.508 mil (R\$ 1.148 mil em 30/09/16) foram geradas pelo seu passivo fiscal, principalmente pelo REFIS e continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

Os restantes R\$ 428 mil foram gerados por despesas financeiras bancárias (R\$ 252 mil em 30/09/16).

Em 30/09/17 o endividamento bancário com linha de capital de giro está zerado (líquida em setembro/17) contra R\$ 1.000 mil em 30/09/16.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O endividamento bancário, em 30/09/17, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (Leasing, CDC e FINAME) alcançou o montante de R\$ 33.568 mil contra R\$ 31.712 mil em 31/12/16.

Vale destacar que o Cliente Concessionária VLT Carioca S.A. ficou devendo à ATE, por obras realizadas no segundo semestre de 2016, o valor de R\$ 11.000 mil, o que impactou o fluxo de caixa da empresa. Durante o período até 30/09/17, a VLT efetuou diversos pagamentos, sendo que em agosto/17 foi formalizada uma Confissão de Dívida a ser amortizada em parcelas mensais até maio/18, que vem sendo cumprida pontualmente. O saldo a receber da VLT em 30/09/17 é de R\$ 4.153 mil.

Comentário do Desempenho

A ATE efetivou, em set/15, pedido de Parcelamento de Débitos perante à Receita Federal, em 60 parcelas mensais., corrigidas pela taxa SELIC..

Em set/17, a ATE optou pela quitação à vista dos saldos deste parcelamento (débitos de PIS, COFINS, CPRB e INSS) junto à Receita Federal, com os benefícios da MP 783/17. Com essa providência, a ATE efetuará o pagamento de R\$ 700 mil, em 5 parcelas, obtendo um benefício da ordem de R\$ 2.110 mil (expurgo de juros e multa), além da utilização do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa, relativo ao exercício de 2015, cedido pela Controladora no valor de R\$ 6.601 mil. Ver Nota Explicativa item 14.a.

Em 30/09/17, a ATE não pagou juros sobre Capital Próprio para a ATSA, como também aconteceu em igual período do exercício anterior.

3.4 Patrimônio Líquido

a) Azevedo & Travassos S/A

O Patrimônio Líquido da ATSA, em 30/09/17, passou para um valor negativo de R\$ 33.253 mil, enquanto que, no período anterior, estava com um valor positivo de R\$ 23.374 mil. Esta queda foi motivada pelos prejuízos registrados em 2016 e no período de janeiro a setembro/17

É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis, contabilizados por R\$ 20.192 mil, cujo valor venal de referência usado para cálculo de ITBI é de R\$ 48.080 mil representando uma diferença de R\$ 27.888 mil.

Tem-se também uma diferença de R\$ 7.176 mil, referente ao terreno (lote 09), que foi capitalizado na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. apresentando um valor contábil de R\$ 3.603 mil e que tem Laudo de Avaliação elaborado por perito, por ocasião do requerimento do seu desenvolvimento no REFIS, no valor de R\$ 10.779 mil, valor este averbado na sua matrícula.

Adicionalmente devem-se ainda considerar os lotes 01, 12 e 13 da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda (ATDI-II) cujos valores venais para cálculo do ITBI são de R\$ 2.340 mil contra um valor contábil de R\$ 1.356 mil, gerando uma variação de R\$ 984 mil. Essas diferenças totalizam o montante de R\$ 36.048 mil que poderia ser incorporado ao patrimônio da Companhia se os terrenos fossem registrados pelo seu valor justo.

Os imóveis da Companhia e das suas subsidiárias estão localizados na cidade de São Paulo, somando uma área total de 106 mil m², além da área 55 mil m² da sede da Companhia.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 30/09/17 o Patrimônio Líquido foi reduzido para o valor negativo de R\$ 12.803 mil sendo que no mesmo período do exercício passado tinha atingido um montante positivo de R\$ 36.469 mil. Esta diminuição foi provocada principalmente pelos prejuízos registrados em 2016 e no período de janeiro a setembro/17.

Também conforme citado no item 2 deste Relatório, aguarda-se a modulação dos efeitos da decisão de 15/03/17 do Supremo Tribunal Federal na RE nº 574.706, para reconhecimento de um crédito no valor aproximado de R\$ 5.212 mil referente a ação proposta pela ATE para a exclusão do ISS da base do cálculo do PIS e COFINS que deverá produzir um efeito positivo no Patrimônio Líquido da ATE.

3.5 LAJIDA

O quadro adiante mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado da ATSA e da controlada ATE no período de janeiro a setembro de 2017 e 2016, em R\$ mil:

	Consolidado		ATE	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/17	30/09/2016
Lucro operacional	(50.930)	(35.429)	(42.652)	(27.320)
Despesas Financeiras	12.399	8.544	10.461	7.139
Receitas Financeiras	(85)	(950)	(85)	(910)
Depreciação e Amortização	3.125	3.322	2.860	3.068
LAJIDA	(35.491)	(24.513)	29.416	(18.023)

Os valores da LAJIDA refletem os resultados desfavoráveis do Consolidado e da ATE ocorridos no período acima indicado.

Comentário do Desempenho

4. Empresas Subsidiárias

As empresas subsidiárias, com a formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, apresentavam a seguinte situação em 30/09/17:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividades, no aguardo de definição de projeto.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): está em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. (ATDI-IV): está em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

O quadro adiante mostra a composição do Capital Social destas subsidiárias, em percentagem.

SPE	ATE	ATSA	HELBER (*)
ATDI-I	99,95	-	0,05
ATDI-II	99,95	-	0,05
ATDI-III	0,05	99,95	-
ATDI-IV	0,05	99,95	-

(*) HELBER S.A. Participações e Administração

5. Investimentos

Até 30/09/17, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 160 mil (R\$ 919 mil em 30/09/16). Este baixo valor investido deve-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País. Em 30/09/17, o total de endividamento referente a Leasing, CDC e FINAME passou para R\$ 812 mil contra R\$ 1.924 mil em 30/09/16.

6. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI* – *Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

7. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da BM&FBOVESPA. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

8. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Grant Thornton Auditores Independentes S/C não efetuou outros serviços para a Companhia, além da emissão do Relatório de Revisão Especial sobre ITR do terceiro trimestre de 2017.

Notas Explicativas**AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
30 DE SETEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)****1. Contexto operacional****1.1. Atividades das empresas do grupo**

A Azevedo & Travassos S.A (a “Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antonio de Oliveira, 1.050, São Paulo. As demonstrações Contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

A controladora ATSA bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (“ATE”) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada ATE.

1.2. Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo:

	30/09/2017		31/12/2016	
	%	Controlada	%	Controlada
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	100	Direta	100	Direta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I	100	Indireta	100	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda.	100	Indireta	100	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda.	100	Direta	100	Direta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda.	100	Direta	100	Direta

Notas Explicativas

14

A ATE em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (“ATDI-I”), destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais e atualmente encontra-se em fase de encerramento.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (“ATDI-II”) foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da ATE de 99,95% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2017 a empresa está ainda sem atividades e no aguardo de definição de projeto.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (“ATDI-III”) foi constituída em 30 de dezembro de 2015, sendo a participação da ATSA de 99,95% e da ATE de 0,05% do capital e destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2017 a empresa ainda não iniciou suas atividades operacionais, estando em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. (“ATDI-IV”) foi constituída em 14 de março de 2016, sendo a participação da ATSE de 99,95% e da ATE de 0,05% do capital e destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2017 a empresa ainda não iniciou suas atividades operacionais, estando em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

1.3. Estratégia operacional

Em 30 de setembro de 2017, o Grupo apresentou prejuízo no consolidado no montante de R\$39.150, um capital circulante líquido negativo de R\$ 29.674 e patrimônio líquido negativo em R\$33.255 Esta situação é decorrente da fase que está sendo vivenciada pelo Grupo, iniciada a partir do segundo semestre de 2016. Esta fase está caracterizada pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas foram se encerrando e a reposição normal desta Carteira não está acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento de construção pesada, pois os Clientes passaram a postergar os seus investimentos, diante da crise da economia brasileira.

Em contrapartida a esta situação temporária, é importante salientar que o Grupo é proprietário de imóveis na cidade de São Paulo cujo valor justo de realização é superior ao valor contábil. Também registramos que a transformação em Lei da Medida Provisória no. 783/2017 (Lei 13.496/17) poderá trazer benefícios que terão reflexos significativos como a diminuição do passivo circulante, devido ao alongamento dos débitos, diminuição dos débitos com o pagamento utilizando prejuízos fiscais, bem como um efeito positivo no Patrimônio Líquido, com possíveis reduções de juros e multas. Já como indicador da retomada das atividades, a Companhia e sua subsidiária ATE já possuem para os anos de 2017 a 2019 um montante da ordem de R\$ 550.000 de obras já contratadas e em estágio final de homologação.

O Grupo tem como estratégia operacional a retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- a) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da Companhia e durante a fase atual de descontinuidade temporária de contratos, reduzir ao máximo os custos administrativos e operacionais.

Notas Explicativas

15

- b) Buscar alternativas para suprir as necessidades de capital de giro e também o alongamento de dívidas.
- c) Formalizado o parcelamento já acordado, e que vem sendo cumprido, do crédito de aproximadamente MR\$ 4.153 (saldo em 30/09/17) com a Concessionária VLT Carioca S.A., o que poderá permitir a securitização objetivando levantar recursos para quitação de dívidas.
- d) A ATSA equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição e deverá buscar, de forma seletiva, a recomposição da sua Carteira de Obras com contratos compatíveis ao seu potencial de produção.
- e) A controlada ATE executar com resultado, a prestação de serviços não oriundos de órgãos públicos que para ela foram direcionados desde 1998. A Diretoria Comercial deverá trabalhar intensivamente com objetivo obter novos contratos de modo a retomar sua Receita Bruta anual no patamar de anos anteriores.
- f) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- g) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 21(a)).
- h) Desmobilizar os terrenos disponíveis (aproximadamente 106 mil m²) de sua propriedade e de suas subsidiárias, na área urbana da cidade de São Paulo, os quais possuem valor de mercado superior ao contabilizado.
- i) A Companhia possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide Nota 21 (b) e 21 (g4)). É expectativa do Grupo, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- j) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848.
- k) Cobrar dos Clientes a diferença de alíquota de 2,0% para 4,5% referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB a partir de dezembro/15.
- l) Prosseguir com ação judicial contra o DER-SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão.
- m) Cobrar o recebimento da Sinopec International Petroleum Service Corporation referente a “*claim*” que foi devidamente julgado pela *London Court of Internation Arbitratio* (LCIA), decorrente da execução em Consórcio da obra de construção do gasoduto GASCAC – Trecho 3-A, cujo valor proporcional a participação da Azevedo & Travassos Engenharia perfaz o montante de R\$ 4.095.
- n) Medida Provisória nº 783/2017 – com a instituição do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional foi permitida a regularização de débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. Dentre as opções de pagamento foi permitida a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Nessas condições, o Grupo estuda a possibilidade de quitação de eventual débito, sendo certo que, fará a cessão de parte de seu crédito de prejuízo fiscal para a ATE, que optará pelo Programa de Regularização Tributária.
- o) Prosseguir com as ações ajuizadas no Tribunal Regional Federal já com vitórias em 1ª e 2ª instâncias, pela Companhia e pela ATE para a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com a finalização do julgamento do RE 574.706 pelo Superior Tribunal

Notas Explicativas

Federal com decisão com efeito de repercussão geral favorável ao contribuinte em 15/03/2017, estas ações que estavam sobrestadas deverão retomar os seus andamentos com o reconhecimento do direito creditório da Companhia.

- p) Ajuizar ação judicial objetivando a exclusão da CPRB “Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta” da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- q) O relatório da Administração complementa esta nota explicativa sobre a estratégia operacional do Grupo.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e com as normas internacionais *LAS 34 “Interim Financial Reporting”*, emitida pelo “*International Account Standard Board (IASB)*” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações intermediárias (ITR).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota 3 das Demonstrações Contábeis Anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 19 de abril de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016.

2.2. Aprovação das informações contábeis intermediárias

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião de diretoria realizada em 14 de novembro de 2017.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Notas Explicativas

17

- **Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:**
 - CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduce novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros;
 - CPC 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

O Grupo está avaliando o possível impacto dessas alterações.

- **Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:**
 - IFRS 16 – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.
 - IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro: Esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

A alteração à IFRS mencionada anteriormente ainda não foi editada pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. O Grupo está avaliando o possível impacto dessa alteração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2017	Controladora		Consolidado	
			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	-	-	-	1.846
Outros			3	-	545	1.184
			<u>3</u>	<u>-</u>	<u>545</u>	<u>3.030</u>
Caixas e bancos			1	9	201	157
Total			<u>4</u>	<u>9</u>	<u>746</u>	<u>3.187</u>

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

18

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber	2.192	378	4.017	10.405
Serviços executados e não faturados	2.699	958	14.225	27.425
Total	4.891	1.336	18.242	37.830

Do saldo do contas a receber e serviços executados e não faturados em 31 de dezembro de 2016 (consolidado), aproximadamente R\$ 6.323 e R\$ 650, respectivamente, referiam-se a obra que foi a realizada para a Concessionária VLT Carioca S.A., (VLT) na qual a ATE cumpriu o desafio de concluir a linha principal, a tempo de permitir a sua inauguração, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos - Rio 2016. Entretanto, a VLT ficou devendo à ATE pelas obras realizadas no segundo semestre de 2016. Em agosto de 2017 o Grupo finalizou a renegociação para pagamento com a VLT dos serviços executados e não pagos no valor de R\$ 4.153 (saldo remanescente em 30 de setembro de 2017) a ser amortizado em parcelas até maio de 2018. Tendo em vista a conclusão da renegociação, o saldo de R\$ 4.153 foi reclassificado para o grupo de outras contas a receber.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Material de construção e peças de manutenção	163	-	2.559	3.847
Material de revenda	-	-	153	-
Total	163	-	2.712	3.847

7. Estoque de terrenos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Azevedo & Travassos S.A.	8.065	8.065	8.065	8.065
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.356	1.335
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	3.603	3.603
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.	-	-	8.408	8.373
Total	8.065	8.065	21.432	21.376
Ativo circulante	-	-	13.367	13.311
Ativo não circulante	8.065	8.065	8.065	8.065

Notas Explicativas

19

	M ²	Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016
LOTE Elísio - AT	22.999	3.851	3.851
LOTE 7 - AT	18.144	2.203	2.203
LOTE 8 - AT	17.207	2.011	2.011
LOTE 9 - ATDI - III	30.937	3.603	3.603
LOTE 3 - ATDI - IV	5.465	3.140	3.125
LOTE 4 - ATDI - IV	4.343	2.829	2.815
LOTE 5 - ATDI - IV	1.348	1.132	1.126
LOTE 6 - ATDI - IV	1.536	1.307	1.307
Total terreno - Pirituba	101.979	20.076	20.041
LOTES DIVS - ATDI - II - Parque Itaguaçu	3.922	1.356	1.335
Total	105.901	21.432	21.376

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes Elísio, 7 e 8 os valores estão contabilizados no ativo não circulante.

Os lotes 3, 4 e 5 foram integralizados em 31 de março de 2016 e o lote 6 em 30 de dezembro de 2016 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda.

A Companhia possui os lotes Elísio, 7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no imobilizado o lote 1 (terreno de 55.568 m2 e construção) no valor de R\$ 12.227, perfazendo um total de R\$ 20.192 e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 48.080.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Despesas/custos antecipados	89	-	24.488	16.187
Total	89	-	24.488	16.187

O valor em 30 de setembro de 2017 de R\$ 24.488 (R\$ 16.187 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado trata-se despesas de seguros a apropriar e custos a apropriar conforme determina o parágrafo 21 do CPC 17.

Notas Explicativas

9. Investimentos e Provisão para passivo a descoberto de controladas

	Controladora					
	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial						
ATE (a)	99,95	99,95	(12.799)	19.707	(32.505)	(16.552)
ATDI - III (b)	99,95	99,95	3.577	3.577	-	-
ATDI-IV (c)	99,95	99,95	8.327	8.326	-	-
Subtotal investimentos			(895)	31.610	(32.505)	(16.552)
Investimentos avaliados pelo custo			<u>2</u>	<u>2</u>	-	-
Total investimentos			<u>(893)</u>	<u>31.612</u>	<u>(32.505)</u>	<u>(16.552)</u>
Ativo não circulante			<u>11.906</u>	<u>31.612</u>		
Passivo não circulante			<u>(12.799)</u>	<u>-</u>		

a. Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 30 de setembro de 2017 de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 31 de dezembro de 2016).

O patrimônio líquido da controlada em 30 de setembro de 2017 está negativo em R\$ 12.803 e em 31 de dezembro de 2016 positivo de R\$ 19.719 e o seu prejuízo do período findo em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 32.522 (R\$ 16.561 em 30 de setembro de 2016).

b. Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. –ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

c. Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. –ATDI-IV

A participação foi feita em 14 de março de 2016, através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

Notas Explicativas

21

10. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016
Operações:		
- Contrato de aluguel (a)	270	532
- Receita bruta de serviços (b)	818	2.656
- Transferência de terreno (c)	1.050	1.050
- Lucros pagos (d)	-	414
- Outras partes relacionadas (e)	7	291
- Mútuo entre ATSA e ATE (f)	440	4.725
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (f)	(24)	35
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (f)	296	275
- Mútuo entre ATSA e ATDI-III (f)	26	26
- Mútuo entre ATSA e ATDI-IV (f)	91	56
- Integralização capital ATDI-III (g)	-	3.577
- Integralização capital ATDI-IV (h)	-	8.326

- (a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.
- (b) Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2017.
- (d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350 e de R\$ 64 em 30 de junho de 2016.
- (e) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (f) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e suas controladas ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e ATDI IV.
- (g) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba e retificação em 30 de dezembro de 2016.
- (h) Foi constituída em 14 de março de 2016 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação parte com R\$ 10 e com a cessão do Lote 3, 4, e 5 Pirituba no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307.

Notas Explicativas**Honorários dos administradores e benefícios.**

Em 30/09/2017, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 1.418 (R\$ 1.774 em 30 de setembro de 2016), conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	1.356	1.688
- Benefícios (ii)	62	86
Total	1.418	1.774

(i) Inclui remuneração fixa (salários, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		30/09/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(2.052)	4.455	4.652
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	515	(298)	217	194
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(665)	7.150	7.194
Total		16.092	(3.675)	12.417	12.635

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		30/09/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(2.098)	4.468	4.665
Máquinas e equipamentos	10	14.127	(10.966)	3.161	3.978
Veículos	10	13.914	(8.139)	5.775	7.407
Outros	10	7.986	(5.353)	2.633	3.038
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(665)	7.150	7.194
Total		50.930	(27.221)	23.709	26.804

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2017
Edifícios e benfeitorias	6.507	-	-	-	6.507
(-) Depreciação Acumulada	(1.855)	(195)	-	(2)	(2.052)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	468	47	-	-	515
(-) Depreciação Acumulada	(274)	(25)	-	1	(298)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(621)	(44)	-	-	(665)
Total	12.635	(217)	-	(1)	12.417

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2017
Edifícios e benfeitorias	6.566	-	-	-	6.566
(-) Depreciação Acumulada	(1.901)	(197)	-	-	(2.098)
Máquinas e equipamentos	14.157	19	(49)	-	14.127
(-) Depreciação Acumulada	(10.179)	(1.196)	19	390	(10.966)
Veículos	15.613	-	(1.699)	-	13.914
(-) Depreciação Acumulada	(8.206)	(991)	1.058	-	(8.139)
Outros	8.276	165	(456)	1	7.986
(-) Depreciação Acumulada	(5.238)	(446)	332	(1)	(5.353)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(621)	(44)	-	-	(665)
Total	26.804	(2.690)	(795)	390	23.709

Em 30 de setembro de 2017 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 3.476, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1.263/09.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Consolidado			
		30/09/2017		31/12/2016	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	3.505	(2.938)	567	795
Total		3.505	(2.938)	567	795

A mutação do saldo do intangível:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2017
Softwares	3.482	23	-	-	3.505
(-) Amortização Acumulada	(2.687)	(251)	-	-	(2.938)
Total	795	(228)	-	-	567

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Capital de giro	CDI + 0,72% AM	Até Setembro de 2017	-	-	5.555	-
Capital de giro	CDI + 0,72% AM	Outubro/2017 a Setembro de 2019	-	1.000	27.201	31.106
Finame	9% a.a.	Outubro/2017 a Março de 2019	-	-	139	299
Financiamento CDC	1,15% a.m.	Outubro de 2017 a Abril de 2019	-	-	356	673
Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Outubro de 2017 a Agosto de 2018	-	-	317	634
Total			-	1.000	33.568	32.712
Passivo circulante			-	1.000	13.894	20.758
Passivo não circulante			-	-	19.674	11.954

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondente ao lote 3, 4 e 5 da ATDI-IV e lote 9 da ATDI-III.

Notas Explicativas

14. Obrigações tributárias – outros impostos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	2.850	1.184	25.452	17.789
Parcelamentos (PIS/COFINS/INSS desoneração) (a)	-	-	-	2.764
Parcelamentos PERT (a)	-	-	569	-
Parcelamentos - outros	-	-	240	-
Total	2.850	1.184	26.261	20.553
Não circulante				
Parcelamentos (PIS/COFINS/INSS desoneração) (a)	-	-	-	5.693
Parcelamentos - outros	-	-	592	-
Total	-	-	592	5.693

(a) Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei 13.496/17, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, prevê o benefício para a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, denominado Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Ao aderir ao programa o contribuinte se compromete a pagar regularmente os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, e a manter a regularidade das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A adesão implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados para compor o PERT, ficando vedado a inclusão do débito em qualquer outra forma de parcelamento posterior, exceto em pedido de reparcelamento ordinário.

Em 11 de agosto de 2017, a controlada ATE quitou este parcelamento através do PERT parcelamento autorizado pela Lei 13.496/17, com desconto e redução de multa de mora de 50% e juros de mora de 90%, e utilização de parte do prejuízo fiscal do IRPJ e CSLL da Controladora no montante de R\$ 6.601, tendo este prejuízo compensado com dívida da Controladora com a ATE. Em 30 de setembro de 2017 o saldo em aberto é de R\$ 569.

15. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Seguros a pagar	70	-	236	270
Intercompany - ATE (Nota 10 (f))	440	4.725	-	-
Acordos judiciais	503	-	3.530	-
Outras	614	68	1.082	502
Total	1.627	4.793	4.848	772

Notas Explicativas

16. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 30 de setembro 2017 e 31 de dezembro de 2016 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

c) Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(15.186)	(40.785)	(9.667)	(24.670)	(15.190)	(50.930)	(15.565)	(35.429)
Adições:								
- Despesas indedutíveis	15	44	30	1.457	275	703	378	2.392
- Diferimento obras publicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Exclusões:								
- Equivalência	11.844	32.505	6.816	16.552	-	-	-	-
- Reversão provisão não dedutível	-	-	-	-	-	-	-	(200)
- Outras exclusões	-	-	-	-	-	-	(4.860)	(4.860)
Base de cálculo	(3.327)	(8.236)	(2.821)	(6.661)	(14.915)	(50.227)	(20.047)	(38.097)
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do	1.131	2.780	961	2.266	5.082	17.077	6.825	12.973
prejuízo período julho a setembro 2017 diferido	(1.131)	(1.131)	-	-	(5.082)	(5.082)	-	-
prejuízo fiscal 2016	(19)	(19)	(1)	144	(19)	(359)	(1)	144
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	-	-	-	-	(3)	(9)
Total	(19)	1.630	960	2.410	(19)	11.636	6.817	13.108
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-	-	-	(4)	(168)
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo	(19)	1.650	960	2.410	(19)	11.636	6.821	13.276
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias	-	-	4	51	-	144	43	103
Total	(19)	1.650	964	2.461	(19)	11.780	6.860	13.211

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016
Receita bruta de produtos e serviços	5.499	429	18.917	28.481
	5.499	429	18.917	28.481
		4.201		47.484
		4.201		47.484
Deduções de produtos e serviços	(618)	(44)	(2.528)	(3.286)
Impostos sobre produtos e serviços	(618)	(44)	(2.528)	(3.286)
Total	4.881	385	16.389	25.195
		3.830		113.668
				(14.801)
				(14.801)

20. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016
Salários e encargos	478	112	12.194	15.614
Materias	2.610	66	4.881	6.459
Serviços/Locações contratados terceiros	1.762	78	3.850	10.264
Revenda	-	-	4	-
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	-	(4.078)
Outros	585	466	3.651	5.825
Total	5.435	722	24.580	34.084
				66.913
				134.487
				56.463
				26.284
				40.802
				(9.385)
				20.323

Notas Explicativas

Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016
Salários e encargos	1.444	1.835	2.730	3.135
Serviços contratados de terceiros	240	66	668	582
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	-	(541)
Outros	41	112	330	535
Total	1.725	2.013	3.728	3.711
			9.286	9.796
			1.518	1.889
			(1.195)	(1.175)
			1.411	1.761
			11.020	12.271

21. Outras informações

a) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Passivo Circulante	2.249	1.579	2.249	1.579
Passivo Não Circulante	43.328	43.411	43.328	43.411
Total	45.577	44.990	45.577	44.990

Notas Explicativas

A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9.964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 45.577 (R\$ 44.990 em 31 de dezembro de 2016).

b) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 30 de setembro de 2017 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2016). Vide nota 21 g.2

c) Provisão para obrigações legais - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 30 de setembro de 2017, está provisionado na Controladora o montante de R\$ 1.000, e no consolidado R\$ 4.400 o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Notas Explicativas

Os processos trabalhistas em que o Grupo é parte são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

Notas Explicativas**d) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social****d.1) Histórico**

	TOTAL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		<u>36.673</u>	<u>36.676</u>
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	-
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301	-	3.301
Total dos créditos (1)	<u>12.469</u>	<u>9.168</u>	<u>3.301</u>
UTILIZADO			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11.941/09	283	176	107
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
DIPJ período 2009 a 2014 - IRPJ e CSLL	1.940	1.427	513
Total dos valores utilizados (2)	<u>4.767</u>	<u>3.473</u>	<u>1.294</u>
Saldo para ser utilizado em 31/12/2015 (1- 2)	<u>7.702</u>	<u>5.695</u>	<u>2.007</u>
CRÉDITOS de 2015 e 2016			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (7.695+425 x 25%)	2.031	2.031	
Créditos base negativa de CSLL (7.695+425 x 9%)	731		731
Total dos créditos em 2016	<u>2.762</u>	<u>2.031</u>	<u>731</u>
CRÉDITOS de 2017			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ até 30.06.17 (4.909 x 25%)	1.227	1.227	
Créditos base negativa CSLL até 30.06.17 (4.909 x 9%)	442		442
Total dos créditos em 2017	<u>1.669</u>	<u>1.227</u>	<u>442</u>
UTILIZADO			
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	6.601	4.854	1.747
Valor utilizado em 2017	<u>6.601</u>	<u>4.854</u>	<u>1.747</u>
Saldo para ser utilizado em 30/09/2017	<u>5.532</u>	<u>4.099</u>	<u>1.433</u>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de (2000 a 2008) (2015 a 30/09/ 2017) e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Em virtude de a Companhia ter gerado resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos.

A Administração da Companhia realizou em 2016 estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, aprovado pelo Conselho de Administração. Tal estudo será atualizado anualmente.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

d.2) Demonstrativo dos valores reconhecidos no ativo créditos fiscais em 30/09/2017 (ATE)

RECONHECIDO	TOTAL	IRPJ	CSLL
Reconhecido como lucros tributários futuros em 2016 e 2017	27.325	20.002	7.323

Em virtude de a companhia ter gerado resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação.

A Administração da Companhia realizou, em 2016, estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, aprovado pelo Conselho de Administração. Tal estudo será atualizado anualmente.

e) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 30 de setembro de 2017 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

f) Arrendamento mercantil

Em 30 de setembro de 2017 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 317 (R\$ 634 em 31 de dezembro de 2016), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal mais encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 427 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2016), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	169	604
2018	258	258
Total	<u>427</u>	<u>862</u>

g) Ações judiciais ativas

g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

As ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada (ATE), julgadas favoravelmente em 1ª. e 2ª. instâncias que estavam sobrestadas, aguardam prosseguimento, tendo em vista que em 15/03/2017, os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizaram o julgamento do RE n.º 574.706, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral. Nesta sessão de julgamento, por maioria de votos, entenderam que o valor do ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS. Muito embora o julgamento tenha apreciado a questão do ICMS, tal precedente tende a ser aplicado ao ISS, na medida em que tal imposto não constitui faturamento ou receita do contribuinte, mas tributo devido ao Município. Atualmente, muito embora a matéria tenha sido apreciada pela Suprema Corte, aguarda-se a modulação dos efeitos desta decisão, para, posteriormente, ser reconhecido este ativo, o qual estima-se para Companhia (ATSA) de R\$ 166 e, para a ATE de R\$ 5.212 mil.

g.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instância, sendo certo que na perícia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan./2007.

g.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse título, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instâncias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instância, aguardando julgamento pela 2ª Instância, não sendo, neste momento, possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

Notas Explicativas

g.4)Precatório judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31/12/2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.769 mil, em 31.12.2016 e em 30.09.2017.

g.5)multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 30 de setembro de 2017 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 148 para a ATSA e R\$ 1.345 para a ATE.

g.6)Ação DER – Majoração da alíquota do ISS de Cubatão-SP

A Companhia ingressou com ação indenizatória pelas perdas decorrentes da majoração da alíquota do ISS de Cubatão/SP, de 2% para 5%, referente ao contrato administrativo n.º 18.374-0, estimando-se um valor envolvido de R\$ 1.136.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMENTÁRIOS SOBRE COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

1. Atividades da Companhia e Perspectivas para 2018

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, mesmo com o atual cenário de uma lenta retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade da ATSA e ATE.

A perspectiva para o ano de 2018 para cada Área de Negócios está sintetizada nos itens que se seguem.

1.1 Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

Construção Pesada

A Companhia continua a participar, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão ocorrer, nos próximos anos, em níveis mais elevados, tendo em vista a melhora no ritmo de crescimento do Brasil e consequente aumento de arrecadação de receitas em todas as esferas governamentais.

Segundo o estudo "Infraestrutura Rodoviária no Brasil" elaborado pela Bain & Company, o mínimo necessário para que a malha rodoviária do País alcance um patamar adequado é uma extensão que aumente a densidade para 4,2 km por cada 1 mil km² de território. Hoje, esse valor é de 1,7 km por cada 1 mil km². Para que essa meta seja alcançada, é necessário um investimento de US\$ 300 bilhões por um período de 12 a 15 anos, para viabilizar um projeto que conectaria 22 capitais e cinco fronteiras comerciais, com a construção de 20 mil quilômetros de rodovias (dados divulgados pela CCR/AUTOBN em nov/16). Este estudo mostra o enorme potencial de obras no segmento de infraestrutura, ramo no qual atua a Azevedo & Travassos S.A.

1.2 Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

a) **Construção Pesada e Construção Civil**

Os planos de conservação e de expansão das empresas concessionárias de rodovias tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada.

Também os investimentos de novas concessionárias de aeroportos devem trazer boas oportunidades de negócios, com um valor expressivo de investimentos. A ATE tem condições técnicas de participar ativamente deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de estar em ritmo de crescimento inferior ao de anos anteriores, tem recebido, em alguns setores, investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção. Ocorrendo a recuperação da economia, espera-se uma lenta liberação de investimentos que estavam represados por estas empresas. Um estudo do BNDES aponta que ocorrerá investimento superior a R\$ 130 bilhões a partir de 2018. Os principais setores que absorverão este investimento são a mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos e aeroportos. A ATE tem qualificação técnica para a execução destes tipos de obras de construção pesada para infraestrutura e está empenhada em conquistar novos Clientes para manter um maior equilíbrio à sua carteira de obras.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

b) Montagem Eletromecânica

As atividades produtivas da ATE se concentram nos segmentos de dutos compreendendo gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros e no de montagem eletromecânica. Seus principais clientes são:

Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Nos últimos três anos, a PETROBRAS apresentou uma grande retração em seus investimentos. Contudo, o plano de negócios 2017-2021 anunciado pela PETROBRAS, mostra uma considerável retomada de investimentos da ordem de R\$ 71 bilhões em exploração e produção de petróleo, com reflexos na construção de obras de construção de dutos e de montagens de instalações de produção de óleo e gás. Estas áreas estão intrinsecamente vinculadas às 23 disciplinas em que a ATE se encontra cadastrada no "vendor list" (CRCC) da PETROBRAS.

Desta forma, a ATE está se posicionando para participar das licitações destes projetos que são considerados prioritários e que poderão trazer boas oportunidades de negócios.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para participar de licitações com preços competitivos e assumir novos contratos importantes nesta área.

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1. Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, em ritmo menor em relação ao ano anterior, mas com expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima ("off shore").

c.2. Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde 2012.

A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

c.3. Construção e Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás

Aproveitando a experiência de seus técnicos vindos da área de perfuração e produção de petróleo, a ATE iniciou em 2016 sua participação no mercado de manutenção de instalações existentes de processamento de óleo e gás. Esta é uma área em franca expansão devido ao grande período em que a PETROBRAS ficou sem investir neste setor. Atualmente, a ATE já conseguiu se consolidar nesta nova área de atuação e conta com um contrato com a PETROBRAS e outro com a TRANSPETRO que somam cerca de R\$ 85 milhões.

d) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 100 mil m² em terrenos (sem considerar o lote de 56 mil m², onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, que vêm sendo realizados através de suas subsidiárias na forma de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com a melhora das expectativas para a economia, deverá haver uma movimentação positiva desse mercado, inclusive com a procura de interessados nas referidas áreas da Companhia

Nota

Para outros esclarecimentos sobre Perspectivas 2018, ler o item 2. Potencial de recuperação do Comentário de Desempenho e Relatório da Administração.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

2. Carteira de obras e de serviços a serem executados

a) **Azevedo & Travassos S.A.**

A Companhia continua participando, de forma seletiva, de licitações junto a órgãos públicos para compor a sua carteira de obras de infraestrutura.

Dentro de um viés realista e condizente com o atual nível da atividade econômica do País, a nova expectativa para 2017 é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 18.445 mil (contra R\$ 4.541 mil ocorrida em 2016), valor este resultante da execução da obra do METRÔ – SP, sem considerar os serviços prestados para a controlada ATE. No ITR do segundo trimestre tinha-se uma projeção de R\$ 33.300 mil para 2017. Essa redução se deve à postergação do cronograma de execução da obra do METRÔ-SP. Isto fez com que parte da receita fosse remanejada para 2018

O quadro adiante mostra a distribuição por trimestre, comparando a previsão revisada da receita com a que foi realizada até 30/09/2017.

ATSA - Previsão da Receita Bruta para o ano 2017 em R\$ mil

RECEITA BRUTA	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	TOTAL
• PREVISÃO em 31/03/17	0	10.150	15.500	15.500	41.150
• PREVISÃO em 30/06/17	343	2.023	12.000	19.000	33.366
• PREVISÃO em 30/09/17	343	2.023	5.499	10.580	18.445
• REALIZADA	343	2.023	5.499	-	7.865

b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.**

Diante do atual cenário da economia do País, a nova previsão da receita bruta para 2017 é alcançar o valor da ordem de R\$ 74.477 mil, considerando-se as obras já contratadas.

No ITR do segundo trimestre tinha-se uma projeção de R\$ 111.938 mil para 2017. A redução do valor da receita deve-se à postergação do início e do cronograma da obra do METRÔ - SP e também o atraso nos processos das obras em homologação, fazendo com que parte da Receita fosse deslocada para 2018.

O quadro adiante mostra a distribuição por trimestre, comparando a nova previsão da receita com a realizada até 30/09/2017.

ATE - Previsão da Receita Bruta para o ano 2017 em R\$ mil

RECEITA BRUTA	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	TOTAL
• PREVISÃO em 31/03/17	15.000	19.000	40.000	64.5000	138.500
• PREVISÃO em 30/06/17	15.072	11.866	32.000	53.000	111.938
• PREVISÃO em 30/09/17	15.072	11.866	13.769	33.770	74.477
• REALIZADA	15.072	11.866	13.769	-	40.707

c) **Consolidado**

Com base nos dados dos itens a e b acima, a previsão da Receita Bruta do Consolidado para o exercício de 2017 é de R\$ 92.922 mil.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Alongamento das dívidas bancárias

Vale destacar as mais recentes negociações que estão alongando o perfil das dívidas bancárias, assim resumidas:

- **BANCO DO BRASIL**
Firmado, em 29/09/17, Aditamento ao contrato no valor de R\$ 14.682 mil, **prazo de 84 meses**, carência de pagamento de 6 meses de encargos e 9 meses de capital. Como se trata do maior passivo bancário da controlada ATE, este aditivo mostra a confiança da instituição financeira na recuperação da Companhia e sua coligada, bem como propicia suporte para as negociações com as demais instituições financeiras.
- **SAFRA**
Firmado, em 06/10/17, Acordo Jurídico no valor de R\$ 1.258 mil, **prazo de 48 meses**.
- **CCB- China Constructo Bank**
Firmado, em 05/09/17, Aditamento ao contrato original no valor de R\$ 7.003 mil, **prazo de 33 meses**, carência de 3 meses para pagamento do capital com garantia de imóvel.

Encontram-se ainda em fase adiantada de negociação, financiamentos com o Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Azevedo & Travassos S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária” e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo consolidado de R\$ 39.150 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e, nessa data, o patrimônio líquido consolidado estava negativo em R\$ 33.255 mil e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante consolidado em R\$ 29.674 mil. Conforme mencionado na Nota 1.3, a Administração da Companhia está implementando ações para buscar a retomada da lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio da reposição da carteira de obras, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.3, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes comparativos

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2016 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outro auditor independente que emitiu relatórios sem modificações datados de 29 de março de 2017 e 10 de novembro de 2016, respectivamente.

São Paulo, 14 de setembro de 2017.

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Observação Inicial

Parecer do Conselho Fiscal não se aplica para o terceiro trimestre.

Metodologia de funcionamento do Conselho Fiscal na Companhia

Os membros do Conselho Fiscal da ATSA reúnem-se periodicamente, na sua sede, para analisarem as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatórios de Revisão Especial de Auditoria Externa e os ITRs referentes aos 3 primeiros trimestres de cada exercício social.

O Conselho Fiscal, após a análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro compreendendo as Notas Explicativas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e o Relatório dos Auditores Independentes, emite o seu RELATÓRIO recomendando o encaminhamento dos citados documentos para a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao terceiro trimestre de 2017.

São Paulo, 14 de novembro de 2017.

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Grant Thornton Auditores Independente (Grant Thornton Brasil) relativo ao terceiro trimestre de 2017.

São Paulo, 14 de novembro de 2017.

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor Vice- Presidente

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor Executivo